

GÊNEROS E SUPORTES: POR UM REFINAMENTO TÉORICO DOS NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO

María del Pilar Tobar Acosta – Viviane de Melo Resende

GENRES AND FORMATS: THEORETICAL REFINEMENT OF LEVELS OF ABSTRACTION

Abstract: This paper, based on genres' levels of abstraction, as proposed by Fairclough, who was inspired by Swales, proposes a theoretical development on formats' levels of abstraction. These reflections are results of a research on street papers, a particular type of media. The reflections also articulate levels of abstraction proposed in Critical Realism: real, actual, and empirical.

Keywords: genre; format; levels of abstraction; Critical Discourse Analysis; Critical Realism.

Resumo: Neste artigo, partindo dos níveis de abstração de gêneros discursivos conforme propostos por Fairclough com base em Swales – pré-gêneros, gêneros desencaixados e gêneros situados –, propomos um desdobramento teórico acerca dos níveis de abstração dos suportes. As reflexões que desenvolvemos são resultados de nossas pesquisas sobre *street papers*, um tipo particular de mídia. Nossa reflexão articula também os níveis de abstração propostos em Realismo Crítico: potencial, realizado e empírico.

Palavras-chave: gênero discursivo; suporte; níveis de abstração; Análise de Discurso Crítica; Realismo Crítico.

Introdução

O presente artigo discute as linhas gerais de uma proposta que elaboramos para o refinamento de teorias discursivas acerca de gêneros e suportes (Swales 1990; Fairclough 2003; Bonini 2011). Objetivamos uma operacionalização da ontologia delineada por Swales (1990), que observa diferentes níveis de abstração para os gêneros discursivos, para compreender como funcionam também os suportes. Ao mesmo tempo, buscamos estreitar a ponte transdisciplinar existente entre o Realismo Crítico (RC; Bhaskar 1998) e a Análise de Discurso Crítica (ADC; Chouliaraki e Fairclough 1999; Resende 2009), a fim de favorecer o estudo de diferentes processos discursivos conforme o Modelo Transformacional da Atividade Social e a ontologia estratificada da realidade social formulados no RC.

Trata-se de uma reflexão essencialmente teórica, mas que parte de uma necessidade empírica identificada em nossa experiência no projeto integrado de pesquisa "Publicações em língua portuguesa sobre população em situação de rua: análise de discurso

crítica” (Resende 2010–2014).¹ Nele, investigamos jornais e revistas do tipo *Street Paper*, produzidas em língua portuguesa por quatro organizações não governamentais brasileiras e uma portuguesa. No desenvolvimento desse projeto, pudemos observar panoramicamente a existência de elementos que aproximavam estruturalmente esses periódicos em função dos processos sociais imediatos à sua produção. Apuramos a existência de diversas teorias (Swales 1990; Bonini 2011; Coutinho 2007, entre outros) sobre suportes (nesse caso, suportes materiais impressos – revistas e jornais), mas, ainda assim, foi necessário elaborar outros caminhos cognoscíveis para responder questões sobre o porquê das semelhanças apresentadas.

Subjacente a nossa prática científica está, igualmente, a necessidade de produzirmos conhecimento e ferramentas para o conhecimento, para além da mera aplicação de fórmulas ‘vindas de fora’. Neste texto, em particular, ressoam as inquietações expressas por Resende (2010b) sobre a premência de se construírem epistemologias que atendam a nossas necessidades, conforme nossas realidades em contextos situados, recusando a ‘colonialidade do saber’ (Lander 2005). Assim, nosso artigo, mais que uma comunicação, procura ser um diálogo acadêmico sobre esse tema complexo a partir do qual esperamos construir, em colaboração, outras formas de pensar os processos discursivos segundo uma perspectiva latino-americana.

1. Funcionamento social da linguagem e transdisciplinaridade

É necessário, antes de traçar diálogos teóricos, observar que, para nós, não cabe o uso de termos como ‘fenômenos’ para referir eventos sociais, posto serem estes frutos da ação processual de seres humanos “encarnados” em práticas sociais, que, por sua vez, estão subscritas a estruturas e mecanismos sociais. Desse modo, preferimos o uso de termos como ‘processos’, que dão a ver a historicidade material do que é possível acessar da realidade social. Igualmente, optamos pela terminologia discursiva, em oposição ao expresso por teorias de linguística textual, donde empregamos as expressões “gênero discursivo” e “suporte discursivo”.

Procuramos manter coerência entre nosso fazer científico-discursivo e nossas opções epistemológicas, ao passo em que entendemos ser essencial a reflexão sobre a linguagem para linguistas, algo que pode soar óbvio, mas que, nesse aspecto particular, está relacionado com as contribuições que podemos fazer para a promoção de mudanças sociais por meio de mudanças discursivas. Entendemos que o rigor terminológico e a reflexão sobre nossa *práxis* discursiva (no caso, a comunicação científica dos resultados de nossas investigações) podem contribuir para colocar questões ao fazer científico pelo fazer científico, e, assim, fomentar práticas emancipatórias – incluindo aí nossa própria emancipação como cientistas (Resende 2013).

1.1 Estratificação da realidade social e ontologia para a atividade discursiva

A ontologia da sociedade proposta em RC é complexa em pelo menos dois sentidos. O primeiro deles refere-se à compreensão da realidade social como estratificada. O RC não se confunde com um realismo empírico porque não concebe o que existe como equivalente ao que poderia existir, nem o objeto empírico como separado de nosso conhecimento

¹ Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da UnB em julho de 2010 (Processo CEP-IH 02/06) e apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, FAP-DF, Processo 2010/00090-1.

sobre ele. A esse respeito, Bhaskar (1989) propõe uma ontologia estratificada do mundo social. Nesse modelo ontológico, vislumbra-se, em termos teóricos, três estratos da realidade: potencial, realizado e empírico (para uma discussão mais aprofundada ver Ramalho e Resende 2011; Resende 2009; Bhaskar 1989).²

No domínio do potencial, está tudo o que existe, conheçamos ou não: as estruturas e os poderes causais (potencialidades de funcionamento, tendências) dos elementos sociais. Interessar-se pelo potencial significa refletir tanto sobre o que existe materialmente como pelo que “potencialmente existiria de acordo com os poderes causais daquilo que estudam[os] – e por isso o RC oferece uma capacidade explanatória crítica das coisas do mundo social a partir do estudo das possibilidades em redes de práticas sociais” (Resende 2009: 20).

Se considerarmos a recontextualização dessa ontologia em ADC (Chouliaraki e Fairclough 1999; Fairclough 2003), pertencem ao plano do potencial as estruturas sociais e seus mecanismos, as práticas sociais e seus potenciais articulatórios, as ordens de discurso. Os eventos sociais, concretização desse potencial, por outro lado, são do plano do realizado. O estrato realizado, assim, diz respeito ao que se concretiza desse potencial, consideradas as contingências contextuais, as condições situadas de realização. Mas o realizado, por concreto que seja, não se confunde com o empírico: nem tudo o que se realiza está disponível para nossa sensibilidade e conhecimento. O empírico é o domínio da experiência, da observação, do que conseguimos experimentar/observar (Sayer 2000).

Disso decorre que não podemos ter acesso direto aos domínios potencial e realizado, pois só os conhecemos pela mediação do empírico. Enquanto potencial e realizado são dimensões ontológicas, o empírico é dimensão epistemológica (Fairclough, Jessop e Sayer 2002). O Quadro 1 relaciona essas dimensões do Realismo Crítico com as categorias ontológicas de estruturas, práticas e eventos, caras à ADC, e situa a observação empírica como categoria epistemológica.

POTENCIAL	ESTRUTURAS	PRÁTICAS	CATEGORIAS ONTOLÓGICAS
REALIZADO	EVENTOS		
EMPÍRICO	OBSERVAÇÃO		CATEGORIA EPISTEMOLÓGICA

Quadro 1: Categorias ontológicas e categoria epistemológica: RC e ADC

² “Bhaskar (1989) utiliza os termos ‘real’, ‘actual’ e ‘empirical’ para se referir aos três estratos da realidade. Quanto ao nível do que Bhaskar designa ‘real’, preferi utilizar a nomenclatura ‘potencial’, conforme adaptação de Fairclough (2003). Isso porque entendo que, por um lado, ‘potencial’ designa com maior clareza o que se entende pelo estrato da realidade relacionado aos poderes dos objetos sociais, potencialmente ativados em eventos realizados e, por outro lado, porque a designação desse estrato como ‘real’ pode levar a uma interpretação de que os dois outros estratos seriam menos ‘reais’, sentido não pretendido na teoria. Quanto ao nível do ‘actual’, a despeito de haver traduções como ‘atual’, considero essa tradução equivocada porque ‘atual’ em português não carrega o mesmo significado de ‘actual’ em inglês, que se refere ao que ‘se atualiza’ de fato em um dado evento. Por isso preferi a tradução por ‘realizado’” (Resende 2009: 20).

Na próxima subseção, vamos focalizar o Modelo Transformacional da Atividade Social, a fim de propor o Modelo Transformacional da Atividade Discursiva como forma de compreender a relação entre estruturas, práticas e eventos numa perspectiva discursiva, nos valendo também da noção de ordem de discurso.

1.2. Modelo Transformacional da Atividade Social (e Discursiva)

Iniciamos a subseção anterior afirmando que a ontologia da sociedade proposta em RC é complexa em pelo menos dois sentidos. Nesta, vamos explorar o segundo: o modelo que explica em termos teóricos o funcionamento da sociedade, e que inspira a versão ontológica de ADC formulada em Chouliaraki e Fairclough (1999).

O Modelo Transformacional da Atividade Social (MTAS) constrói uma teoria da relação entre estrutura e ação, ou, nos termos de Bhaskar, entre sociedade e indivíduo. O modelo é representado na Figura 1:

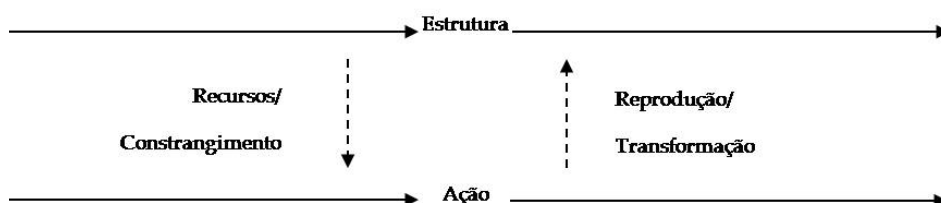


Figura 1: Modelo Transformacional da Atividade Social (Fonte: Resende 2009: 27, baseada em Bhaskar 1998: 217)

Nesse modelo, a sociedade provê, em suas estruturas, as condições (recursos e constrangimentos) para a ação humana, mas só existe nas ações humanas (realizadas em eventos), que estão sempre embasadas em formas pré-existent de ordem social (Bhaskar 1998). Da assimetria entre estrutura e ação, tanto em termos temporais quanto nos diferentes níveis de abstração (estruturas são abstratas, eventos são sua concretização), decorre que sua relação não é entre equivalentes. Isso demanda, para Bhaskar, uma entidade organizacional intermediária a que ele denomina “sistema posição-prática”. Com influência dessa ontologia do funcionamento da sociedade, o foco da versão de ADC formulada por Chouliaraki e Fairclough não está na estrutura social ou na ação individual, mas na relação entre estrutura e ação, o que permite o duplo foco: (1) nos constrangimentos e nas possibilidades oriundos da estrutura, e (2) nos efeitos potenciais da ação que reifica ou modifica estruturas prévias (Ramalho e Resende 2011). Em outras palavras, o modelo preconiza o foco nas *condições estruturais* para a *ação*, na relação transformacional entre estrutura social e agência.

No caso da ADC, Chouliaraki e Fairclough teorizaram a relação entre estrutura e ação como mediada pelas práticas sociais, que modelaram compostas de ‘momentos internos’ – um dos quais é o discurso, ao lado de relações sociais, crenças, valores e desejos, atividade material. Também teorizaram o momento discursivo das práticas como composto de seus momentos internos – gêneros discursivos, estilos, discursos. Os momentos da prática e os momentos internos no momento discursivo guardam em comum o fato de estarem em relação dialética, isto é, são elementos que se constituem mutuamente. A Figura 2 sintetiza essas noções:



Figura 2: Mediação de estrutura e ação pela prática social / Desdobramento dos momentos da prática

Uma vez que a relação entre linguagem e sociedade é teorizada como interna e dialética, não é possível desvincular a ação discursiva da organização social, o que permite realizar crítica social com base no que se realiza no momento discursivo, como consequência da articulação entre seus momentos internos e em sua relação com outros momentos das práticas sociais.

O MTAS também pode ser aplicado à organização do potencial semiótico, que também é socialmente estruturado: no nível de abstração das estruturas sociais, estão os sistemas semióticos; no nível de concretude da ação social, do evento realizado, temos os textos que materializam nossa ação discursiva; e as entidades organizacionais intermediárias desse potencial para a significação são as ordens de discurso (Fairclough 2003; Ramalho e Resende 2011). Assim, pode-se propor um Modelo Transformacional da Atividade Discursiva:

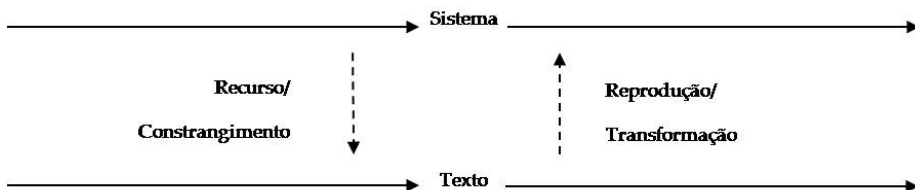


Figura 3: Modelo Transformacional da Atividade Discursiva

Assim como o MTAS garante o foco tanto nas estruturas quanto na ação, essa abordagem nos permite focalizar, em termos discursivos, não os sistemas semióticos *per se*, nem a ação discursiva isoladamente, mas as relações que se estabelecem entre sistemas semióticos e produção textual em contextos específicos. Isso é possível graças à entidade organizacional intermediária das ordens de discurso (OD).

As OD são, assim, o elemento que articula o mapeamento ontológico dos elementos internos ao discurso e o mapeamento das outras facetas da atividade social. Para Acosta e Resende (no prelo):

Ordens de discurso específicas participam na composição das práticas sociais e, nessa perspectiva, diferentes discursos, sendo diferentes formas de representar o mundo, estão atrelados a práticas sociais particulares – o mesmo se aplica a gêneros e estilos particulares. Essas práticas devem ser analisadas segundo a percepção de que são frutos de processos sociais e que na mesma medida em os produzem.

As OD são, em termos da relação transformacional que medeiam, equivalentes às práticas sociais: organizam os recursos e constrangimentos (discursivos) do vasto potencial (semiótico) para que este seja realizado por atores sociais (sob a forma de eventos discursivos) nos diversos campos da atividade humana.

Na próxima seção, aproximamo-nos mais do conceito de gênero, um dos elementos da OD, e o associamos à noção de suporte.

2. Gêneros e suportes: paralelo e refinamento

Fairclough (2003) adota a teoria de gêneros elaborada por Swales (1990) e a operacionaliza, associando o conceito de gênero e seus graus de abstração a conceitos da teoria social do discurso. Nessa teoria, gêneros discursivos são a instância interna ao discurso que se associa ao significado acional, o significado do discurso ligado à ação discursiva – agimos discursivamente por meio de textos que materializam gêneros. Segundo Acosta (2012: 93, acréscimos nossos):

Para a ADC, as práticas sociais criam estruturas [potenciais discursivos estruturantes] para a sua projeção discursiva, e é sobre essas estruturas – os gêneros – que repousarão as formulações individuais – os textos. Os gêneros discursivos são entendidos como [relativamente] estáveis em função de sua temática, estrutura composicional e função estilística (Bakhtin 1992), sendo elaborados pela/na interação social e diretamente relacionados com uma esfera de utilização da língua. Eles se articulam em função das práticas sociais.

Assim, compreender como cada nível de abstração de processos internos ao discurso – tais como os gêneros – articula-se com os elementos da ontologia social do RC nos permite investigar a relação entre atividade social e atividade discursiva.

2.1. Níveis de abstração de gêneros – um diálogo com Swales (1990)

Swales (1990) apresenta um elenco de diferentes definições para gênero, pondo em questão o caráter difuso do termo, e defende a centralidade desse conceito como alvo de investigações. Ele evidencia a necessidade de uma reflexão mais profunda, que considere aspectos funcionais dos gêneros. O autor sugere que os gêneros só são possíveis como formas relativamente estáveis de estruturação textual quando são selecionados/construídos por comunidades discursivas. Ele define um rol de características capazes de estabelecer as bases para a compreensão dessas comunidades: (i) são compostas por

peças que compartilham objetivos sociais; (ii) apresentam “mecanismos de intercomunicação entre os membros”; (iii) utilizam “seus mecanismos de participação primariamente para prover informação e se retroalimentar”; (iv) utilizam “um ou mais gêneros na promoção comunicativa de seus objetivos”; (v) ao utilizarem gêneros particulares, adquirem “um léxico específico”; (iv) têm “um nível limite de membros com um grau apropriado de conteúdos relevantes e *expertise* discursiva” (Swales 1990: 24–6).

Assim, o conceito de gênero que elabora está diretamente ligado às comunidades discursivas, e seu interesse recai sobre os gêneros pela funcionalidade social que esses potenciais apresentam quando em uso por membros dessas comunidades, o que evidencia pontos de contato entre a perspectiva social do discurso e a teoria de gêneros de Swales (1990). Ao operacionalizar essa teoria para a ADC, entretanto, é necessário deslocar o foco da comunidade discursiva e tomar como alvo da investigação as práticas sociais, considerando a potencialidade e o efeito da ação compartilhada de atores sociais. Nessa perspectiva, nossa proposta passa por uma radicalização da aproximação com o RC, tendo em vista a perspectiva aberta, estratificada e socialmente estruturada da realidade social.

Swales (1990: 58–61) observa que nem toda atividade de produção de textos, necessariamente, será conformada a partir de um roteiro genérico rigorosamente tomado. Ele indica, observando o caso de conversas informais, que estas estão em posição de menor estruturação, se pensarmos em um espectro de gêneros (já articulando com a perspectiva funcionalista de Halliday 1994), e que seriam, portanto, “atividades pré-gênero”. O autor distingue seis tipos de pré-gêneros – narração, argumentação, exposição, descrição, injunção, diálogo –, que podem integrar a constituição de inúmeros gêneros.

Fairclough (2003: 68) sintetiza a noção de pré-gêneros como categorias abstratas que transcendem redes particulares de práticas sociais e que participam na composição de diversos potenciais de organização discursiva. Esse conceito de uma entidade anterior aos gêneros, mas associada a eles, é a grande inovação aportada pelo trabalho de Swales (1990) para a compreensão do funcionamento social dos gêneros, e foi a partir dele que Fairclough (2003) desenvolveu a categoria analítica “estrutura genérica”.

Passando, pois, à operacionalização feita por Fairclough (2003), podemos observar como o autor elabora, por meio da teoria de desencaixe de práticas sociais de Giddens (1991) e da estratificação da realidade social de Bhaskar (1998), os conceitos de gêneros desencaixados (estruturas genéricas que podem participar de diferentes práticas sociais, estando, por isso, desencaixadas de práticas sociais específicas) e de gêneros situados (potenciais genéricos situados/encaixados em práticas sociais específicas). Esses conceitos referem-se a componentes ontológicas pertencentes ao âmbito do potencial, sendo intermediárias entre os pré-gêneros – máximo grau de abstração, desincorporado de qualquer prática específica – e os textos concretos – máximo grau de concretude, sendo pertencentes ao domínio do realizado.

Nossas investigações nos levaram a desenvolver mais um nível de abstração para compreender o funcionamento de gêneros e suportes, em especial, em práticas e ordens de discurso midiáticas. Antes de apresentar nossa proposta de desdobramento teórico, entretanto, precisamos passar à noção de suporte.

2.2 Mapeamento ontológico dos suportes

O RC, conforme discutido em 1.1, observa a estratificação da realidade social – domínios ontológicos do potencial e do realizado – e sua abertura a nossa compreensão – domínio epistemológico do empírico. Cabe focalizar, ainda, um ponto da teoria de Bhaskar (1986) que é a transfenomenalidade (ou, para manter a coerência com nossas opções epistemológicas, transprocessualidade) do conhecimento (Collier 1994: 20–9), na medida em que, por esta, é possível transcender eventos sociais transitivos à nossa compreensão – isto é, empiricamente acessíveis ao nosso conhecimento – e acessar (ou projetar um acesso), por meio de argumentos transcendentais, estruturas mais profundas que possibilitam a ocorrência dos eventos que observamos empiricamente. Conforme o autor, é necessário pôr em questão o que determinadas práticas pressupõem acerca do mundo, e o que, por meio dessas pressuposições, podemos construir como conhecimento (Bhaskar 1986: 8).

Argumentos transcendentais seguem o tipo de lógica retrodutiva, a partir da qual se segue o caminho da componente ontológica mais concreta – para nós, o evento discursivo materializado em textos – até extrapolar-se componentes mais abstratas – tais como ordens de discurso, práticas sociais, estruturas (Acosta e Resende, no prelo). Esse tipo de argumento é construído “a partir da descrição de algum fenômeno [processo] até a descrição de algo [estruturas e mecanismos] que o produz ou que produz a condição para que este ocorra” (Bhaskar 1986: 11, acréscimos nossos). Assim, “um argumento transcendental pode nos dizer como o mundo provavelmente está estruturado”, elucidando sobre os mecanismos que possibilitam a ocorrência de processos sociais (pautados por estruturas).

Em relação a nosso objeto, e tendo como “ponto de partida epistemológico” (Acosta 2012: 52) o debate sobre gêneros discursivos de Swales (1990), só é possível extrapolar os níveis de maior abstração (como os próprios gêneros) ao constatar proximidade/semelhança entre elementos em um nível menor de abstração. A transprocessualidade só pode ser construída por meio do domínio empírico que guarda o que nos é epistemologicamente transitivo (acessível a nossa sensibilidade). Foi pela observação de suportes discursivos realizados, especificamente os periódicos do tipo *street paper* que investigamos (Resende 2012; Acosta 2012; Santos e Gersiney 2013; Santos e Andreia 2013), e, em especial, as revistas *Ocas*, de São Paulo, e *Cais*, de Lisboa, que se fez necessário (re)pensar aspectos teóricos que balizassem nossa investigação no tocante à compreensão de estruturas e mecanismos subjacentes que explicassem as semelhanças entre revistas e jornais desse tipo.

Longe de querer construir uma terminologia rival para tantas outras existentes no espectro teórico da linguística textual e discursiva (tais como a noção de hipergênero, de Bonini 2011), propomo-nos elaborar um conceito alternativo que sintetize uma compreensão dos processos analisados por meio de uma (re)operacionalização da ontologia do RC para a ADC. Assim, é necessário delimitar o que compreendemos por suporte. Suportes discursivos são veículos, espaços físicos ou virtuais, sobre os quais os textos ocorrem, potencialmente ou como realização. No entanto, a relação entre textos e suportes não é direta: há outros elementos que subjazem aos eventos discursivos, centralmente os gêneros, em seus diferentes níveis de abstração.

Pela perspectiva social do discurso, entende-se que os suportes são, também, espaços sociais, no sentido de que são socialmente construídos, respondendo a interesses

e propósitos particulares, e assim funcionam nas práticas sociais. Estão associados ao significado acional do discurso, pois internalizam e expressam, de maneira relativamente estável, a ação de atores sociais em práticas sociais específicas.³ Assim, quando tomados como potencialidades, estão no mesmo enquadre dos gêneros, como elementos constituintes das OD.

Acerca das OD, como debatido em Acosta e Resende (no prelo), trata-se não de elementos linguísticos, mas “sócio-semióticos”, sendo o foco da investigação discursiva. Desse modo, o mapeamento ontológico da componente suporte permite o aprofundamento de reflexões sobre as OD e seu funcionamento, bem como possibilita a construção de caminhos alternativos para a investigação de processos internos à linguagem em compasso com a explanação crítica de processos sociais externos à linguagem.

À luz do exposto em 1, já sabemos que as OD são equivalentes às práticas sociais por organizarem o vasto potencial para significação que está disponível no sistema semiótico (instância mais abstrata); assim, elas viabilizam (permitem e constroem, nos termos do Realismo Crítico) a atividade discursiva, sendo necessariamente prévias à ação individual concreta (produção de textos), tendo um caráter compartilhado. Nesse sentido, as práticas sociais, bem como as OD, são componentes centrais em torno das quais se articulam outros elementos da atividade social e da atividade discursiva, respectivamente. Para compreender melhor os mecanismos envolvidos nessa organização sistêmica, lançamos mão de uma metáfora física, associando estas entidades organizacionais intermediárias a campos gravitacionais: a prática social é um núcleo principal que atrai determinadas OD que funcionam na conformação de textos (eventos discursivos) que, por sua vez, servem à manutenção/ estruturação/ mudança das ordens/ práticas de que são resultado – pela lógica transformacional dessa relação.

Curry (2000: 102) explica que a relação do tipo transformacional difere da dialética no “aspecto crucial da irredutibilidade das estruturas aos agentes que as transformam”. A esse respeito, Ramalho e Resende (2011: 37) acrescentam: “isso significa que, na perspectiva transformacional, em um dado corte sincrônico a sociedade não é criação dos seres humanos, mas pré-existe a eles”. O mesmo tipo de relação se aplica a práticas sociais e eventos, por um lado, e a OD e textos, por outro: a prática é sempre prévia ao evento que permite/ constrange, mas é no evento que existe concretamente, que se reifica e modifica. O mesmo serve para explicar a relação entre gêneros e textos: os gêneros são sempre prévios aos textos que governam, mas só existem nesses mesmos textos.⁴

Tendo em vista que a ocorrência de textos só é possível por meio de suportes (revistas, livros, jornais, programas de televisão, conversas entre pares etc.), que *suportam sua materialidade*, e que textos podem ocorrer coligados ou encerrados junto a outros textos, em uma relação de continência, os suportes são o lócus de realização de gêneros e textos. Assim como ocorre com os gêneros, que se associam a práticas específicas, os suportes

³ O significado acional do discurso faz parte de uma operacionalização, por Fairclough (2003), das metafunções da linguagem, de Halliday (1994). Diz respeito à ação discursiva e está associado ao conceito de gênero discursivo. Para um aprofundamento, remetemos a Silva (2009).

⁴ Entendemos que é dialética a relação entre os elementos internos das OD, entre os momentos das práticas sociais e entre as práticas sociais em redes de práticas. É dialética porque esses elementos se constituem mutuamente, em simultaneidade. Mas a relação entre estrutura e ação social, entre práticas (com seus elementos) e eventos, entre OD (com seus elementos) e textos é transformacional porque sua influência mútua não se dá em simultaneidade: nossa ação social não transforma as estruturas que a contingenciam em sincronia, mas em diacronia. Logo, são relações de tipos diferentes, e, por isso, levam nomes diferentes. Para aprofundar esta questão, remetemos a Bhaskar (1998) e a Resende (2009).

também estão vinculados a práticas sociais e a ordens de discurso particulares, como a ordem de discurso da mídia, por exemplo. Essas potencialidades (suportes e gêneros) só se materializam em eventos discursivos realizados, ou seja, do plano do concreto, que sempre realizam/ reificam/ modificam potencial previsto nas práticas. As práticas, por seu caráter aglutinante, organizam o potencial discursivo e ensinam a atividade discursiva.

A ‘passagem’ de um grau de abstração a outro é dada a partir de uma organização, em função de propósitos contextualizados em práticas sociais. Os gêneros desencaixados são categorias mais abstratas, mas já com certo grau de organização, respondendo a um fim comunicacional. Essas categorias mais abstratas, quando são situadas em práticas, ganham características mais específicas e passam a ser gêneros situados, que, *a posteriori*, podem ser materializados em textos. O que defendemos aqui é que o mesmo pode ser projetado para a compreensão dos suportes.

Fairclough (2003) observa que a análise da estrutura genérica é profícua para a percepção de mudanças nas práticas sociais, por terem os gêneros um caráter bastante dinâmico. Ademais, ele indica que a mudança em gêneros ocorre, centralmente, pela hibridação de diferentes gêneros. Como debatido em Acosta e Resende (no prelo), essas hibridações podem indicar uma dinâmica de aproximações entre práticas sociais distintas, como, por exemplo, as práticas ligadas a trocas de mercado que têm colonizado as práticas de educação, influenciando, entre outros, a conformação dos gêneros discursivos constitutivos dessas últimas.

Como veremos a seguir, os suportes são estruturados a partir de gêneros articulados. Assim, o conceito de suporte que elaboramos pode ser relevante também para a compreensão de mudanças genéricas, tendo em vista serem os suportes lócus de intenso contato intergêneros, bem como para a compreensão da formação e rearticulação de cadeias de gêneros.

3. Uma proposta para a compreensão de suportes

Entendendo suportes como elementos internos ao discurso que possibilitam e constroem a ação discursiva (significado acional do discurso), propomos uma reflexão sobre diferentes graus de abstração para suportes. Tomamos como base os avanços empreendidos por Fairclough (2003) quanto à noção de gêneros para estabelecer um paralelo com os suportes, e elaboramos mais um nível de abstração anterior a textos e suportes concretos. Antes, é necessário pontuar que entendemos que não há categoria equivalente aos pré-gêneros no âmbito dos suportes, sendo aqueles prévios também a estes. Vejamos os níveis de abstração que, para fins de organização, seccionamos a seguir.

Nível do desencaixe

No nível do desencaixe, observamos uma equivalência para os suportes em comparação com os gêneros, tendo em vista que esse nível corresponde “a potenciais para realizações linguísticas concretas que transcendem redes particulares de práticas” (Ramalho e Resende 2011: 63). No nível de abstração dos suportes desencaixados, estariam conjuntos mais ou menos estáveis de gêneros desencaixados, os quais podem ser buscados por diferentes práticas para compor suportes potenciais (então encaixados nessas práticas específicas). A conformação de determinados suportes desencaixados também ressoa na construção de outras possibilidades de estruturação genérica.

Um exemplo prototípico de gênero desencaixado é a entrevista, que consiste em um gênero discursivo em que há dois polos, necessariamente, um/uma entrevistador/a e um/a entrevistado/a. Essa organização mais ou menos estável, existente no potencial, pode ser encaixada em uma prática social situada, como a prática jornalística, a prática de pesquisa de campo ou a prática de seleção para ocupação de um cargo, por exemplo. Ao ser encaixado, esse potencial ganha características específicas, e, por isso, distinguimos sem problemas uma entrevista jornalística de uma entrevista etnográfica ou uma entrevista de emprego.

Com os suportes ocorre algo semelhante, sendo que os suportes desencaixados são compostos de conjuntos mais ou menos estáveis de gêneros desencaixados, gêneros que se aproximam em razão de seu funcionamento em práticas sociais. Por exemplo, 'revista' é um suporte desencaixado; qualquer revista tem características que nos garantem reconhecê-la como tal, mas há revistas em práticas diversas – revistas informativas semanais, revistas acadêmicas etc. – que já definem características situadas, encaixadas em práticas específicas. O suporte desencaixado 'revista' prevê alguns gêneros desencaixados, como 'editorial'; mas quando encaixados os gêneros, reconhecemos o 'editorial acadêmico' ou o 'editorial jornalístico de revista semanal', e aí estamos tratando de suportes situados. Nesse sentido, é possível que um conjunto mais ou menos estável de gêneros desencaixados seja articulado (encaixado) de formas diferentes em suportes situados. Assim, uma organização potencial ganha concretude em uma prática situada, tanto no caso dos gêneros, quanto no caso dos suportes.

Nível da situação (do encaixe)

No nível da situação em práticas específicas, podemos, igualmente, lançar mão de um conceito de suporte situado que está em relação com os gêneros situados, sendo estes elementos "característicos de uma (rede de) prática particular" (Ramalho e Resende 2011: 64). No que concerne aos suportes situados, é possível defini-los como espaços discursivos que existem potencialmente em práticas sociais específicas para a veiculação de textos – como no exemplo da revista acadêmica ou da revista semanal. Da mesma maneira, essas diferentes estruturas discursivas – gêneros e suportes – estabelecem, nesse nível potencial de organização, uma relação dialética de constituição mútua. Nessa perspectiva, determinados gêneros situados vão articular-se para constituir suportes situados – no caso da revista acadêmica, editorial, sumário, artigo, ensaio, resenha. Note-se que, aqui, falamos dos gêneros situados, não dos textos, pois ainda não chegamos ao nível da realização.

Cabe observar, como pontuado por Ramalho e Resende (2011), que esse nível de abstração – gênero situado – coincide com o conceito de gênero textual, sendo, pois, "tipos relativamente estáveis de enunciados [textos]" (Bakhtin 1997: 281, acréscimo nosso). Nesse sentido também, podemos identificar nosso suporte situado com o conceito mais corrente de suporte textual, tal como revista semanal.

Assim, o nível da situação é o ponto de contato entre as duas escalas de abstração, a dos gêneros e a dos suportes, que, situados em práticas específicas, estabelecem efetivamente relações de continência. Sendo o nível do situado o da prática social em si, esse ponto de contato se refere ao que observamos anteriormente a respeito da força atrativa das práticas sociais, que aglutinam elementos discursivos em razão de uma funcionalidade objetiva dentro das dinâmicas sociais empreendidas nessas práticas. Na verdade,

para além de ser um ponto de contato, trata-se de uma imbricação, tendo em vista que os suportes situados só podem existir dada a existência de gêneros situados articulados de uma forma mais ou menos estável, respondendo a um propósito discursivo.

Nível do previsto e nível do realizado

Quando tratamos do previsto, não estamos falando de certeza de um acontecimento; a terminologia, justamente, aponta para o fato de que a previsão está relacionada com uma possibilidade alta de ocorrência. Entendemos que os espaços discursivos previstos envolvem uma cadeia de produção já estabelecida no plano do realizado e que tem como característica sua repetição no tempo (no caso, por exemplo, de suportes periódicos). Devemos ponderar que, até este nível – incluindo o suporte desencaixado, o suporte situado e o suporte previsto, em ordem decrescente de abstração –, estamos no domínio do potencial, sendo, pois, o previsto algo no limite da organização anterior à realização.

Tomemos um exemplo para evidenciar de que maneira a estrutura de suporte pode ser compreendida: pensemos em revistas impressas de modo geral. Nesse caso, o suporte desencaixado é ‘revista impressa’, que está no plano do potencial e do desencaixe, e pode ser buscado por diversas práticas, como as científicas, as jornalísticas, as de entretenimento, as comerciais etc. Quando uma prática determinada, como, por exemplo, uma prática científica, busca esse potencial organizacional, vai trazê-lo a um nível de abstração mais baixo, resultando, assim, em um suporte situado, por exemplo ‘revista impressa científica’. Ainda assim, estamos em um nível do abstrato, sendo o suporte situado ‘revista impressa científica’ uma organização discursiva potencial que pode novamente ser processada no bojo de práticas sociais, sendo trazida ao plano do realizado – com diferenças notáveis de realização, se comparadas as revistas científicas de ciências humanas e de ciências biológicas, por exemplo.

Agora tomemos como exemplo uma revista científica específica, tal como a revista *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, editada e publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e pelo Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade da Universidade de Brasília. Quando tratamos de um volume particular dessa revista, por exemplo o volume 14 (especial), de 2013 (“Análise de Discurso Crítica e Extrema Pobreza”), estamos diante de um suporte realizado, com os textos (concretos) que efetivamente compõem o volume. Mas, como o suporte situado *Cadernos de Linguagem e Sociedade* consiste em uma publicação periódica, sua realização está condicionada a uma organização sistemática e previsível no tempo, que propusemos chamar ‘suporte previsto’. Assim, o nível de maior abstração é o suporte desencaixado, e o nível de maior concretude é cada volume da revista, o suporte realizado. Entre esses dois níveis, temos o suporte situado e o suporte previsto.

Desse modo, os suportes previstos não têm existência pontual, como os textos, mas são, na verdade, um conjunto de momentos de realização que geram uma expectativa de realização. Sua relevância é o espaço social potencial que asseguram para a circulação de determinados textos, e esse espaço tem importância ampliada em razão de sua repetição no espaço/tempo social. Isso implica a configuração de um nível a mais para os suportes. Os textos têm uma existência unívoca, ocorrem uma vez no tempo e no espaço – mesmo que sejam revisitados, por meio de reimpressões, no caso dos livros, ou por meio de citações dentro da cadeia dialógica, sua existência é então outra. O mesmo ocorre com cada suporte concreto, realizado. No nível da realização temos o evento discursivo

concreto, efetivamente desencadeado e realizado por atores sociais envolvidos em práticas específicas.

Vejam os Quadros 2, 3 e 4, que apresentam uma síntese dos conceitos e dá exemplos de suportes conforme essa proposta teórico-analítica:

Definições dos níveis de abstração	Níveis de abstração de gêneros discursivos	Níveis de abstração de suportes
Categorias abstratas que transcendem redes particulares de práticas sociais e que participam na composição de diversos potenciais de organização discursiva.	Pré-gêneros (Ex.: narração, descrição, argumentação)	Não se aplica
Potencial para realizações linguísticas concretas, transcendendo redes particulares de práticas.	Gênero desencaixado (Ex.: capa, entrevista, artigo)	Suporte desencaixado (Ex.: revista, jornal, de modo geral)
Categorias específicas de uma rede de prática particular, como, por exemplo, a prática jornalística de veículos midiáticos.	Gênero situado (Ex.: entrevista jornalística, artigo de opinião, capa de revista semanal)	Suporte situado (Ex.: suporte midiático revista semanal, suporte midiático <i>street paper</i>)
Espaço discursivo pré-existente, que envolve uma cadeia de produção já estabelecida no plano do realizado e que tem como característica sua repetição no tempo (no caso de suportes periódicos)	Gênero previsto (Ex.: capa da revista <i>Ocas</i>)	Suporte previsto (Ex.: revista <i>Ocas</i>)
Evento discursivo concreto, com os textos e suportes realizados	Texto (Ex.: Capa da Edição nº 64, de abril de 2009, da revista <i>Ocas</i>)	Suporte realizado (Ex.: Edição nº 64, de abril de 2009, da revista <i>Ocas</i>)

Quadro 2: Proposta para compreensão de suportes discursivos

Nossa proposta decorre de necessidade epistemológica identificada na pesquisa de Acosta (2012), que analisou dois periódicos voltados para situação de rua, o jornal *O Trecheiro* e a revista *Ocas* – ambos apresentaram relativa estabilidade no que concerne à produção textual, tendo sido observáveis seus potenciais estruturantes em termos das formas dos suportes e, conseqüentemente, dos gêneros articulados. Assim, trata-se de um esforço teórico que emergiu da ação prática da pesquisa.

A Figura 4, a seguir, organiza os conceitos até aqui discutidos.

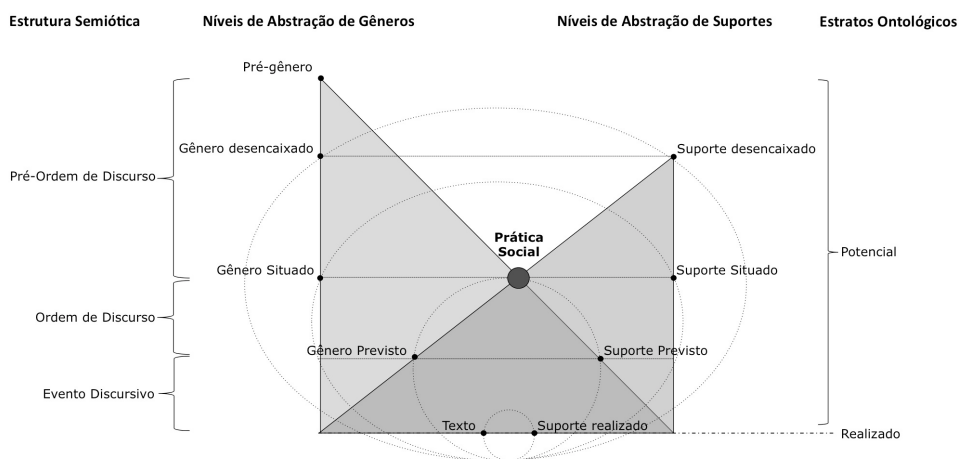


Figura 4: Níveis de abstração de gêneros e suportes postos em relação

Na Figura 4, as componentes discursivas de gênero e suporte são articuladas pelas linhas tracejadas que indicam a equivalência dos níveis de abstração, e pelas elipses que evidenciam a relação dialética ou transformacional, a depender de cada caso, que se estabelece entre essas componentes em cada um de seus níveis, sendo que, por exemplo, não há gênero situado se não houver o suporte situado, e vice-versa. As cores empregadas, em função de sua saturação, evidenciam abstração/ concretude. Também indicamos os estratos ontológicos do potencial e do realizado, sendo que apenas a instância do evento discursivo (com seus textos e suportes realizados) é do plano do realizado. Do lado esquerdo da imagem, representamos a estrutura semiótica das ordens de discurso, procurando relacionar cada nível a um estrato semiótico.

Nesse particular, um elemento a mais, que ainda não debatemos, foi incluído nessa figura: as pré-ordens de discurso. Lançamos mão desse conceito para referir estágios anteriores às práticas sociais, e mais abstratos que elas, mas existentes no potencial discursivo. Fica evidente, pela representação gráfica, o caráter atrativo das práticas sociais, que são o ponto de situação tanto das ordens de discurso, quanto dos processos discursivos de gênero e suporte. Esse é o lócus potencial (ainda no nível da abstração) de imbricação dos diversos elementos que são articulados para a produção de textos. É possível observar que as redes de OD podem ser relacionadas com essa instância anterior ao nível de situação nas práticas.

Considerações finais

Neste texto, expusemos uma reflexão teórica motivada por nossa atividade empírica no estudo de periódicos voltados para a população em situação de rua, os *street papers*. Trata-se de um esforço pela teorização, que como todo tipo de reflexão epistemológica é parcial, limitada e reduitiva. Ainda assim, entendemos que este possa ser um construto teórico que favoreça outras investigações, tendo em vista, inclusive, gêneros e suportes virtuais, que são o foco atual de nossos trabalhos, em especial do projeto de pesquisa de doutoramento empreendido por Acosta, que focaliza a construção discursiva da

violência contra grupos minoritários em ambientes virtuais, e do projeto de pesquisa de Resende, que toma por foco a representação das violações de direitos da população em situação de rua no jornalismo on-line (Apoio CNPq, Processo 470300/2013-2).

Esperamos também que este trabalho possa abrir margem para um diálogo com a comunidade de pesquisadoras/es interessadas/os no mesmo objeto.

Bibliografia

ACOSTA, María del Pilar Tobar (2012), *Protagonismo face à inevitabilidade da violência: Vozes da rua em Ocas e em o Trecheiro*. Dissertação de mestrado (Linguística), Universidade de Brasília.

ACOSTA, María del Pilar Tobar – RESENDE, Viviane de Melo (no prelo), “Análise de discurso crítica: reflexões sobre a investigação discursiva de contextos organizacionais de resistência”, in: MARCHIORI, Marlene (Org.), *Linguagem e discurso* (Coleção “FACES da Cultura e da Comunicação”), São Paulo: Difusão.

BAKHTIN, Mikhail (1997 [1953]), *Estética da criação verbal*, São Paulo: Martins Fontes.

BHASKAR, Roy (1986), *Scientific Realism and Human Emancipation*, London: Verso/NLB.

BHASKAR, Roy (1998), “Societies”, in: ACHER, Margareth et al. (Orgs.), *Critical Realism. Essential readings*, London – New York: Routledge, 206–257.

CHOULIARAKI, Lilie – FAIRCLOUGH, Norman (1999), *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*, Edinburgh: Edinburgh University Press.

COLLIER, Andrew (1994), *Critical realism: an introduction to Roy Bhaskar’s philosophy*, London: Verso.

COUTINHO, Maria Antónia (2007), “Descrever gêneros de texto: resistências e estratégias”, in: *Anais do IV Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*, Natal: UFRN, 639–647.

FAIRCLOUGH, Norman (2001), *Discurso e mudança social*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FAIRCLOUGH, Norman (2003), *Analysing discourse – textual analysis for social research*, London: Routledge.

FOUCAULT, Michel (2010 [1971]), *A ordem do discurso*, São Paulo: Edições Loyola.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood (1994), *Introduction to functional grammar*. 2nd ed. London: Edward Arnold.

LANDER, Edgardo (org.) (2005), *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires: Clacso.

RAMALHO, Viviane – RESENDE, Viviane de Melo (2011), *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*, Campinas: Pontes.

RESENDE, Viviane de Melo (2009), *Análise de discurso crítica e realismo crítico. Implicações interdisciplinares*, Campinas: Pontes.

RESENDE, Viviane de Melo (2010a), *Publicações em língua portuguesa sobre população em situação de rua: análise de discurso crítica*, Projeto Integrado de Pesquisa, Universidade de Brasília.

RESENDE, Viviane de Melo (2010b), “Between the European legacy and critical daring: epistemological reflections for critical discourse analysis”, *Journal of Multicultural Discourses – Número especial: Critical and Cultural Discourse Analysis from a Latin American Perspective*, Vol. 5, No 3.

- RESENDE, Viviane de Melo (2012), “A revista *Cais* entre o protagonismo e o assistencialismo: uma análise discursiva crítica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Universidade de Coimbra), Vol. 94, 21-40.
- SILVA, Denize Elena Garcia da (2009), “Representações discursivas da pobreza e gramática”, *DELTA, Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (PUC/SP), Vol. 25, 721-731.
- SANTOS, Andreia Alves dos (2013), *O jornal =Boca de Rua=. Espaço de possibilidades para pessoas em situação de rua: uma reflexão discursiva crítica*. Dissertação de mestrado (Linguística), Universidade de Brasília.
- SANTOS, Gersiney Pablo (2013), *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. Dissertação de mestrado (Linguística), Universidade de Brasília.

Viviane de Melo Resende
Universidade de Brasília
Campus Darcy Ribeiro
Departamento de Linguística, Português
e Línguas Clássicas
ICC Sul, Mezanino, Gabinete 38
Asa Norte
Brasília-DF
70.910-900
Brasil
viviane.melo.resende@gmail.com

María del Pilar Tobar Acosta
Centro de Ensino Médio 01 de São Sebastião
EQ 202/203 Área Especial
Setor Residencial Oeste
São Sebastião - DF
Brasil
acosta.pilar@gmail.com